

# O CARÁTER DE CLASSE SOCIAL NA PRODUTIVIDADE ESCOLAR

## UM ESTUDO PRELIMINAR NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

*Paulo Speller*

Professor Visitante do Departamento de Educação da UFMT

*Joaquim Gonçalves Barbosa*

Professor Assistente do Departamento de Educação da UFMT

---

### RESUMO

As estatísticas oficiais do estado de Mato Grosso relativas ao ensino de 1º grau apresentam um quadro geral precário quanto ao rendimento escolar, evasão escolar e absorção da população em idade escolar. No entanto, trata-se de dados globais, trabalhados em termos de "médias sociais", sem qualquer diferenciação com relação à origem sócio-econômica dos alunos.

O presente estudo constitui um primeiro passo no sentido de superar esta limitação das estatísticas oficiais. A rede escolar do município de Cuiabá foi dividida em três grandes categorias: estadual, municipal e particular. Os dados mostram ser a produtividade da escola particular bastante superior à da rede pública, sendo a menor a da rede municipal. Foram levantados alguns dados sobre a composição social das escolas públicas e este estudo se constitui num ponto de partida para um programa de pesquisa atualmente em desenvolvimento na periferia urbana de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso.

---

### SUMMARY

Official publications of the State of Mato Grosso referred to Elementary Education productivity show a very critical situation in the State as a whole. Nevertheless, these are global data, presented in terms of "social averages", with no references at all to the students' socio-economic status.

The present study is a first step in the sense of improving this situation. Schools in the city of Cuiabá were divided in three categories: private, state, and city schools. Our data show that private schools have a much greater productivity than official schools, while state schools' productivity is only a little bit better than city schools. Some preliminary data are presented as to the social composition of official schools. The present study is, in fact, a point of start of a research program now being developed in the city of Cuiabá, capital of the State of Mato Grosso.

"O Estado de Mato Grosso vem atravessando profundas transformações nos últimos dez anos no que diz respeito ao seu desenvolvimento sócio-econômico. Tais transformações se localizam fundamentalmente nas políticas de abertura de grandes extensões de terra à colonização agrícola, ao longo das novas rodovias de ligação da capital do estado a zonas do norte do país: Cuiabá-Porto Velho (BR-364), Cuiabá-Santarém (BR-163) e Barra do Garças-Santarém (BR-158)".

Neste sentido, enormes extensões de terra vêm sendo vendidas a pequenos e médios agricultores provenientes de vários estados do país, principalmente da região sul. Esses colonos vêm sendo pressionados a vender suas propriedades, de pequeno e médio porte, devido ao processo de concentração da posse da terra que se observa no Sul do país, levado a efeito por grandes empresas agro-pecuárias de caráter privado e cuja política de produção está voltada em grande medida para mercados externos. Por sua vez, o próprio sistema financeiro ao dar preferência à produção intensiva voltada para a exportação, dificulta a permanência de pequenos e médios proprietários não organizados em moldes cooperativos, cuja produtividade seria menor em relação às grandes empresas e estaria voltada também para a sua subsistência.

É assim como milhares de famílias vêm se instalando em zonas de colonização do Norte de Mato Grosso e do Território de Rondônia. No entanto, a instalação dessas famílias nem sempre se dá de forma planejada e organizada, tanto no que diz respeito à legalização da posse da terra, quanto no tocante ao apoio à produção, considerando-se aqui o financiamento da produção (sementes, fertilizantes e mecanização) e a infra-estrutura necessária para o armazenamento e o escoamento da produção. Por outro lado, a inexistência, em muitos casos, de uma infra-estrutura mínima de equipamentos sociais (saúde, saneamento, previdência social, educação) também vem sendo constatada. Os vários órgãos do estado envolvidos na política de colonização do Centro-Oeste estimam que atualmente existem cerca de 128 focos de tensão social no estado, cuja origem estaria vinculada à problemática mencionada: posse da terra, apoio à produção, equipamentos sociais.

Paralelamente, a capital do estado, Cuiabá, ponto de passagem obrigatória dos colonos que se dirigem ao Norte, vem absorvendo parte desse contingente. Por um lado, há o caso de famílias que por diversas razões não prosseguem em direção às zonas de colonização e, por outro lado, há o caso daqueles que regressam de experiências frustradas de colonização, assim como famílias da zona rural do próprio Estado de Mato Grosso que buscam a capital na esperança de encontrar empregos e acesso a serviços básicos, supostamente disponíveis nas grandes cidades. É assim que Cuiabá vem crescendo a um ritmo anual de cerca de 10% nos últimos anos, observando-se uma problemática semelhante, em muitos aspectos, àquela das zonas de colonização. O processo de ocupação de zonas periféricas da cidade tem gerado problemas de posse da terra, saneamento, saúde, educação, além, evidentemente, da rotatividade da mão-de-obra, subemprego e desemprego.

Uma vez esboçado este quadro geral, apesar de sintético, pode-se concluir que as contradições assinaladas e

que caracterizam o atual processo de desenvolvimento econômico-social do Estado de Mato Grosso mostram a urgente necessidade de uma reflexão, seja em relação às zonas de colonização, seja em relação às zonas de periferia urbana de Cuiabá, sobre as formas de encaminhamento de busca de soluções para os problemas que enfrentam as populações daquelas zonas. (Linha de Pesquisa do NPG-EDU/UFMT, 1981, págs. 1 e 2).

É neste sentido que o NPG-EDU definiu como focos prioritários de seu programa de pesquisa as zonas de colonização agrícola e as periferias urbanas, em especial a de Cuiabá.

É interessante observar que os dados estatísticos oficiais mostram, de maneira clara e inequívoca, a deterioração progressiva do aparato escolar como um todo no estado. Por exemplo, apesar de que a absorção relativa da população escolarizável na faixa de 7 a 14 anos tem melhorado de 45,8% para 35% entre 1970 e 1980, os números absolutos mostram exatamente o contrário, pois enquanto em 1970, 60.563 não eram absorvidos pela escola, em 1980 este número pulou para 91.249 crianças, o que mostra um aumento de 50% no número absoluto de crianças não absorvidas pela rede escolar. Outro exemplo das estatísticas oficiais que ilustra claramente este processo de deterioração, são os índices de evasão escolar. Em 1975, o índice era de 14%. Gradativamente vem aumentando para 18,2%, 20% e 22,3% em 1978.

O próprio Governo do Estado, através de um Diagnóstico Sócio-Econômico elaborado por seu Gabinete de Planejamento e Coordenação, em 1981, assinala uma série de problemas, que caracteriza um aparato escolar deficiente e que só pode levar à sua progressiva deterioração:

- a) atendimento insuficiente à clientela escolar;
- b) altos índices de evasão escolar;
- c) falta de qualificação do corpo docente;
- d) baixa produtividade do ensino;
- e) falta de equipamentos nas unidades escolares;
- f) distorção entre série e idade escolar;
- g) inadequação e insuficiência das instalações das unidades escolares;
- h) currículo e programas inadequados.

No entanto, as estatísticas apresentadas são sempre de ordem geral, como por exemplo no caso do município de Cuiabá, em que a única diferenciação (social) é a distinção da rede escolar em termos de zona urbana e zona rural. Os dados referentes à zona urbana, abarcam tanto as escolas particulares, como também as estaduais e as municipais, e o que se apresenta é uma média dessas três categorias.

Cabe perguntar, então, se as aludidas deficiências do aparato escolar, assim como sua progressiva deterioração, atingem indistintamente os diferentes setores sociais absorvidos pela rede escolar existente no estado.

Neste sentido, procurar-se-á realizar uma diferenciação das próprias estatísticas oficiais. Por uma lado, estariam as escolas que atendem às populações de baixa renda, cuja renda familiar não ultrapassa 6 salários mínimos, e cuja inserção no processo de produção está localizada no setor de construção civil, serviços domésticos e

serviços em geral, em sua grande maioria. Neste caso, o conceito de periferia urbana é entendido não no sentido geográfico de sua localização, mas fundamentalmente na sua dimensão social. Por outro lado, estão as escolas que atendem às populações de renda média e alta.

Para efeitos do presente estudo, considerou-se a matrícula dos alunos da 1ª série do 1º grau em escolas particulares, estaduais e municipais do município de Cuiabá entre 1976 e 1979. Em relação à produtividade escolar, considerou-se tanto os índices de reprovação como os índices de evasão escolar.

## METODOLOGIA

A partir do formulário do SEEC/MEC utilizado para a realização do seu levantamento estatístico educacional, foi elaborado um formulário contendo os indicadores e categorias que se julgaram necessários para efeito deste trabalho.

O instrumento consta de três partes:

a) Na primeira, estão os dados necessários à identificação e caracterização da unidade escolar.

b) Na segunda, estão as séries de ensino existentes na escola em questão. Há espaço previsto para assinalar as oitos séries do 1º grau.

c) Na terceira e última parte, encontra-se um quadro denominado *movimento escolar*. Nesse quadro, estão colocados todos os dados referentes à situação dos alunos (aprovados, reprovados, transferidos e evadidos) no decorrer de cada ano considerado (1976, 1977, 1978 e 1979), como também são colocadas a Matrícula Total (anotada no início do ano letivo) e a Matrícula Final (anotada no final do ano letivo).

Os indicadores levantados e estudados foram:

a) *Reprovação*: porcentagem calculada efetuando a divisão do número de alunos reprovados pela matrícula final:  $\frac{Re}{MF}$

b) *Evasão*: porcentagem calculada efetuada a divisão do número de alunos afastados por abandono pela matrícula total:  $\frac{Ab}{MT}$

c) A partir dos indicadores acima, calculou-se o *índice de produtividade escolar*, caracterizado pela utilização conjunta da evasão e repetência, relacionados com a matrícula total e número de alunos transferidos.

Para efeito de cálculo, com a legenda a seguir, tem-se a seguinte fórmula:

$$P = 1,0 - \frac{Ab + Re}{Mt - Tr} \times 100$$

P = Produtividade

Ab = Número de alunos que abandonaram a escola durante o ano letivo;

Re = Número de alunos reprovados;

Mt = Matrícula Total;

Tr = Número de alunos Transferidos.

As categorias consideradas, para o presente estudo, foram:

a) Escolas particulares;

b) Escolas estaduais urbanas;

c) Escolas municipais urbanas;

d) Escolas estaduais rurais;

e) Escolas municipais rurais.

Foram pesquisadas 117 escolas: 27 estaduais, 13 municipais, 34 rurais municipais, 21 rurais estaduais e 22 particulares.

O cálculo da porcentagem foi realizado tanto individualmente, como por categorias e do município como um todo.

Para a realização deste estudo consideraram-se os anos de 1976 a 1979. Procurou-se estudar o problema numa perspectiva de tempo (4 anos) para se ter uma visão mais adequada do problema e sua evolução.

Estudou-se somente o período que abrange 1976 a 1979, por ser este o período em que o SEEC/MT dispunha de dados mais completos sobre o problema em foco, ou seja, a 1ª série do 1º grau. O ano de 1980 não fora considerado pelo fato de que no primeiro semestre de 1981 é que foram recolhidos os formulários de 1980 preenchidos devidamente pela direção de cada unidade escolar. Neste período já se encontrava em andamento o presente estudo.

Embora não tenham sido tabulados e analisados, foram registrados os dados referentes à 2ª série do 1º grau. Com este procedimento pensou-se em estudar a perda de alunos ocorrida no período de dezembro a março, quando muitos alunos não voltam à escola ou se matriculam em outras unidades de ensino.

Todavia, realizado um estudo piloto em duas escolas de periferia urbana, considerando os quatro anos em questão, viu-se que há um controle satisfatório dos alunos aprovados que se matriculam em outras escolas durante o período de férias de final de ano.

## DISCUSSÃO

Os resultados do estudo mostram inicialmente uma clara diferenciação entre as escolas particulares e as escolas públicas (estaduais e municipais). As escolas particulares, devido a seu próprio caráter de escolas pagas, atendem única e exclusivamente àqueles setores sociais cuja renda familiar permite incluir em seu orçamento mensalidades que muitas vezes ultrapassam a meio salário mínimo por criança matriculada. São escolas que atendem à chamada classe média (profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos e médios comerciantes, dirigentes do setor industrial e de serviços), assim como à chamada classe alta, que se consubstancia em latifundiários, industriais, grandes comerciantes, empresários do setor de serviços e dirigentes do aparelho de estado, ou seja, os detentores dos meios de produção, ou seus agentes mais diretos.

Já as escolas públicas, de maneira geral, atendem de maneira preponderante às populações de baixa renda, sobretudo do setor civil, serviços domésticos e serviços em geral, sendo a renda familiar inferior a 06 salários mínimos. No entanto, observa-se que algumas escolas públicas localizadas em bairros cuja população se caracteriza por uma renda familiar média, apresentam uma população escolar heterogênea, mas em que ainda predominam alunos provenientes de famílias de baixa renda, conforme foi constatado por um estudo piloto realizado em

**FIG. 1 EVASÃO ESCOLAR NA 1ª SÉRIE DO 1º GRAU POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – CUIABÁ – 1976/1979**

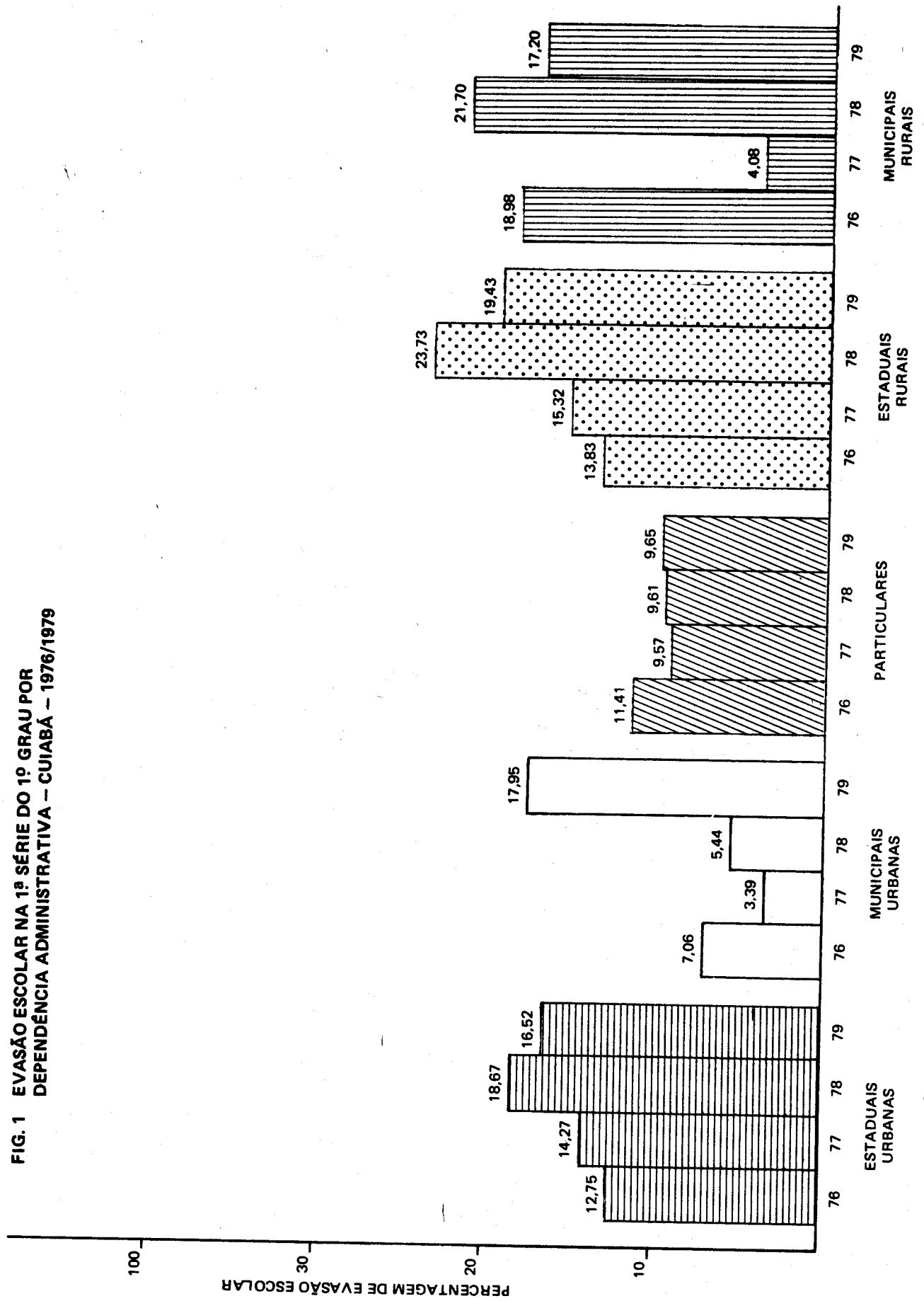
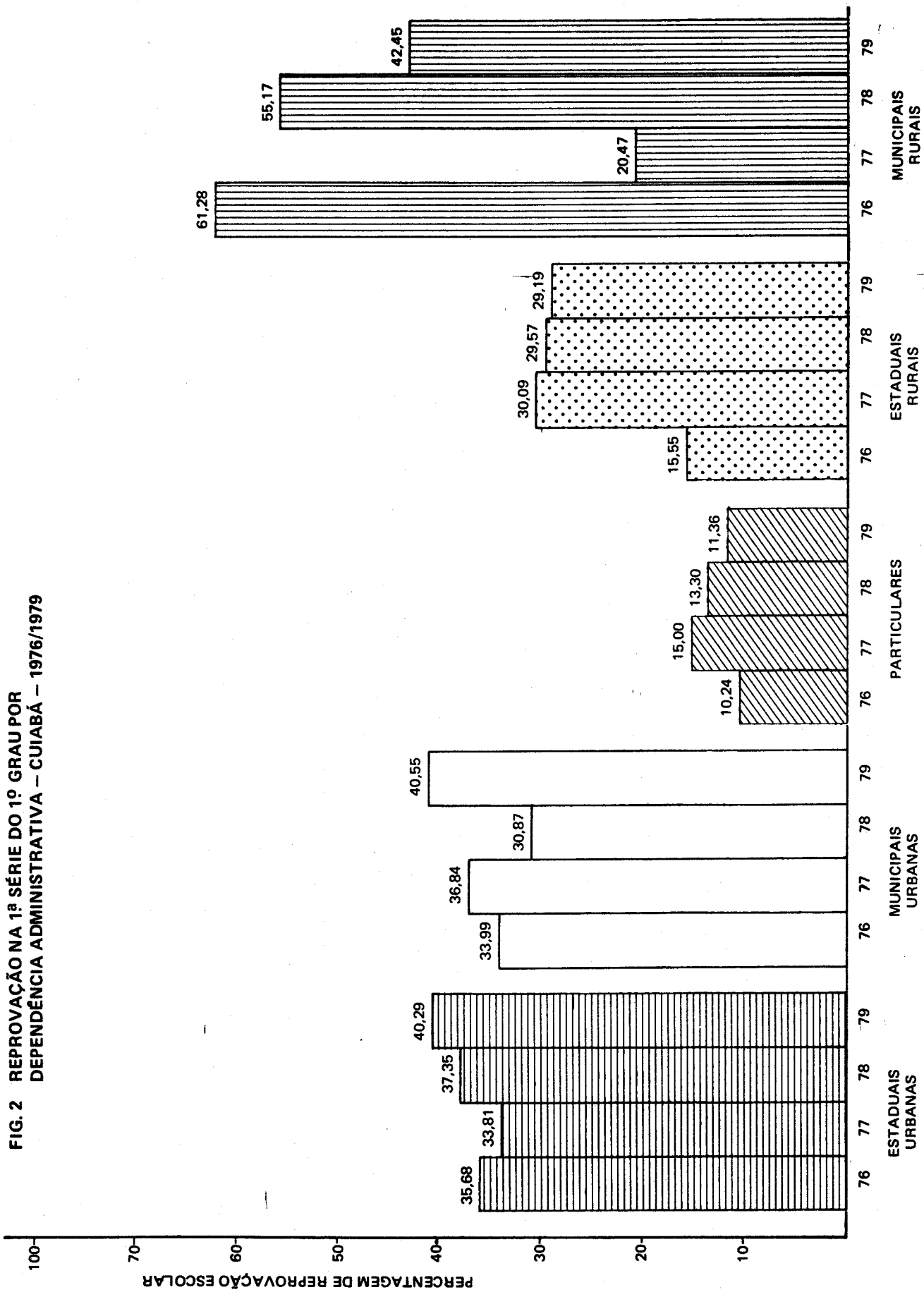
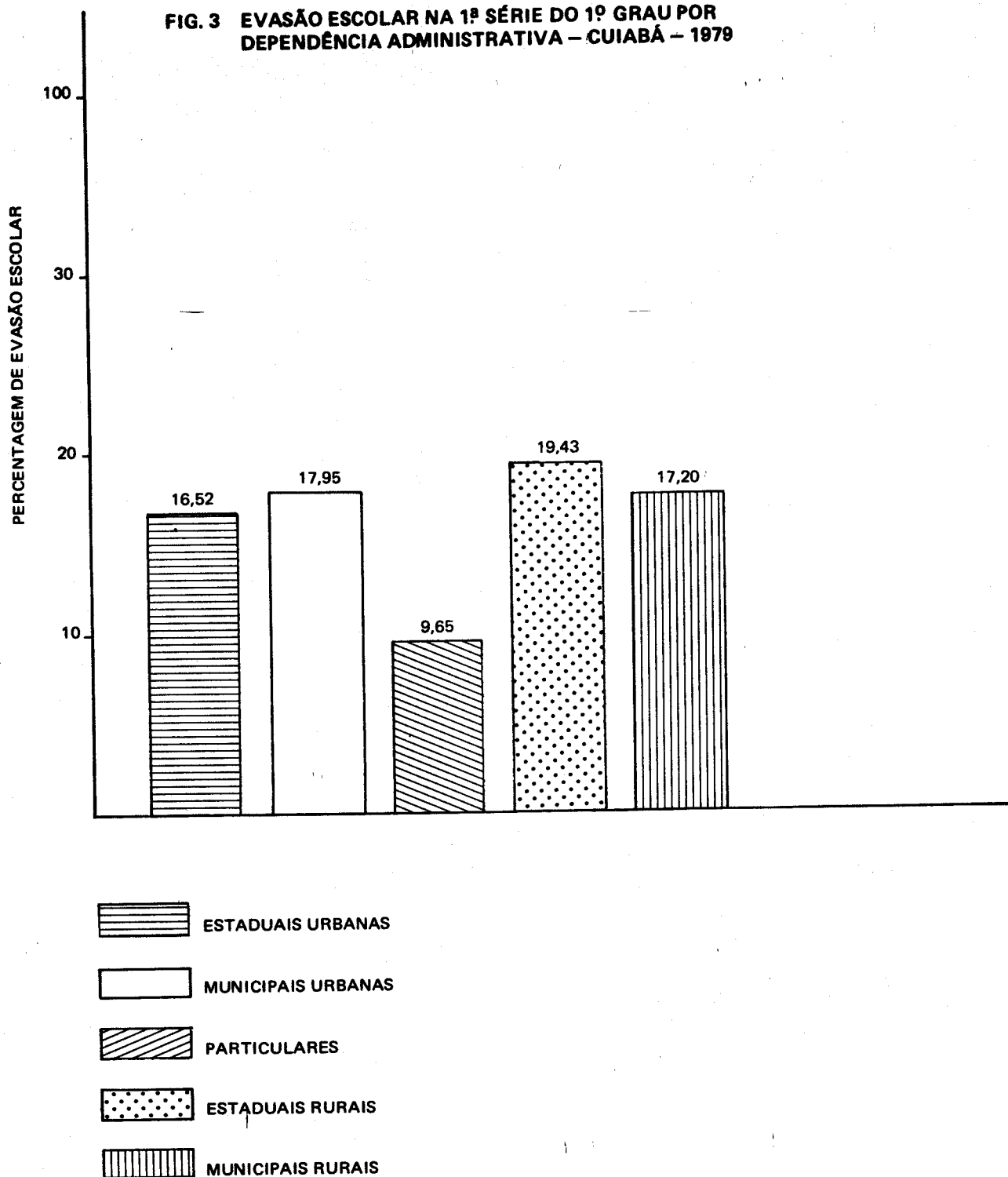


FIG. 2 REPROVAÇÃO NA 1ª SÉRIE DO 1º GRAU POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – CUIABÁ – 1976/1979



**FIG. 3 EVASÃO ESCOLAR NA 1ª SÉRIE DO 1º GRAU POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – CUIABÁ – 1979**



escolas públicas localizadas nos bairros do Porto, Centro, Bandeirantes, Coxipó, Boa Esperança e Duque de Caxias, todos eles caracterizados como bairros de classe média, com renda familiar superior a 6 salários mínimos. O que acontece é que estas escolas são freqüentadas preponderantemente por crianças oriundas de bairros circunvizinhos de baixa renda e por crianças de famílias de baixa renda do próprio bairro. Como veremos mais adiante,

esta composição heterogênea de algumas escolas públicas vai se refletir em sua produtividade escolar.

Vejamos agora a relação existente entre a composição social das escolas e a produtividade escolar. No que diz respeito à evasão escolar, a Figura 01 mostra uma diferença bastante nítida entre as escolas públicas e as escolas particulares. Inclusive, ao longo dos quatro anos registrados (1976 a 1979), enquanto as escolas públicas

FIG. 4 REPROVAÇÃO NA 1ª SÉRIE DO 1º GRAU POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – CUIABÁ – 1979

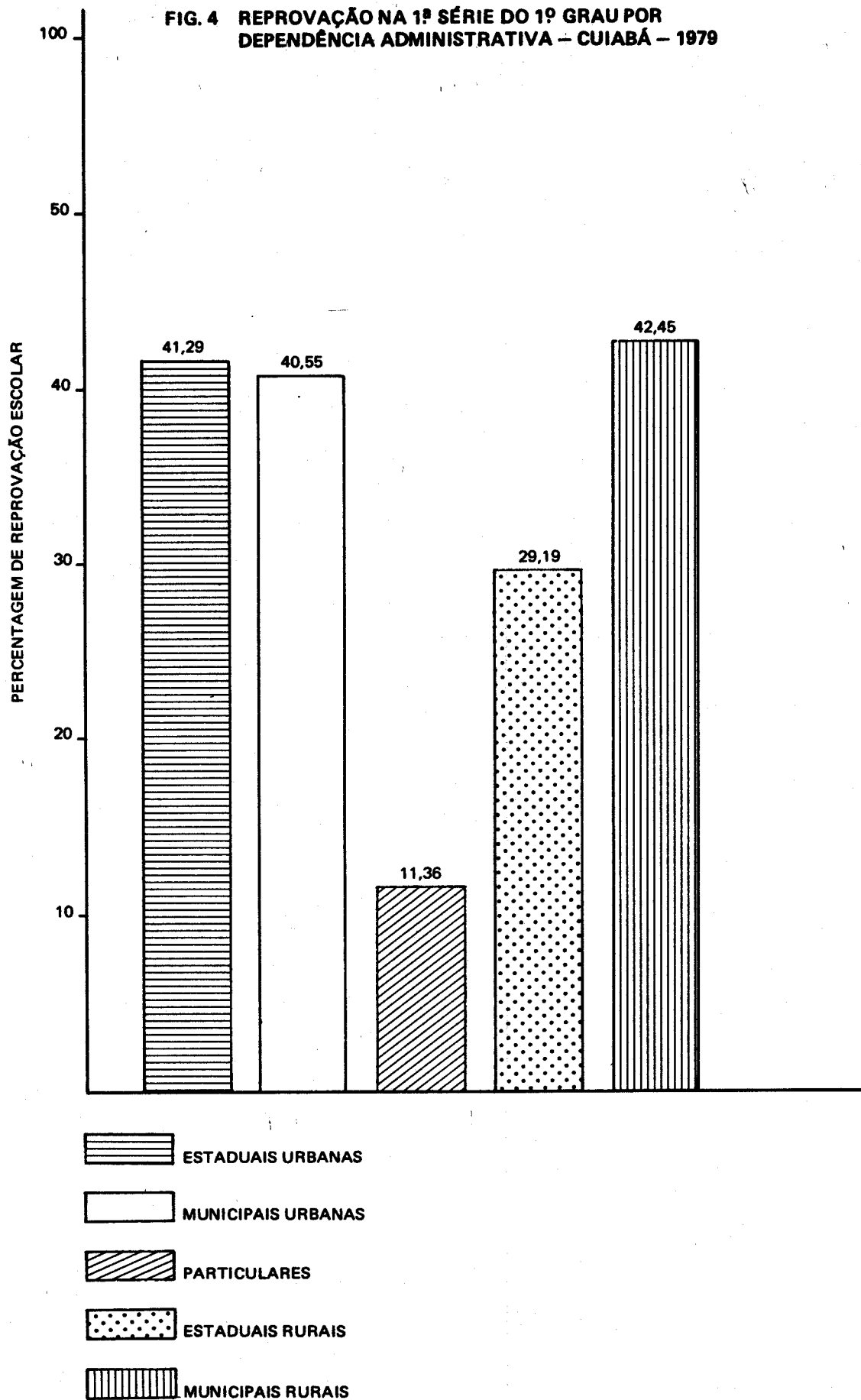
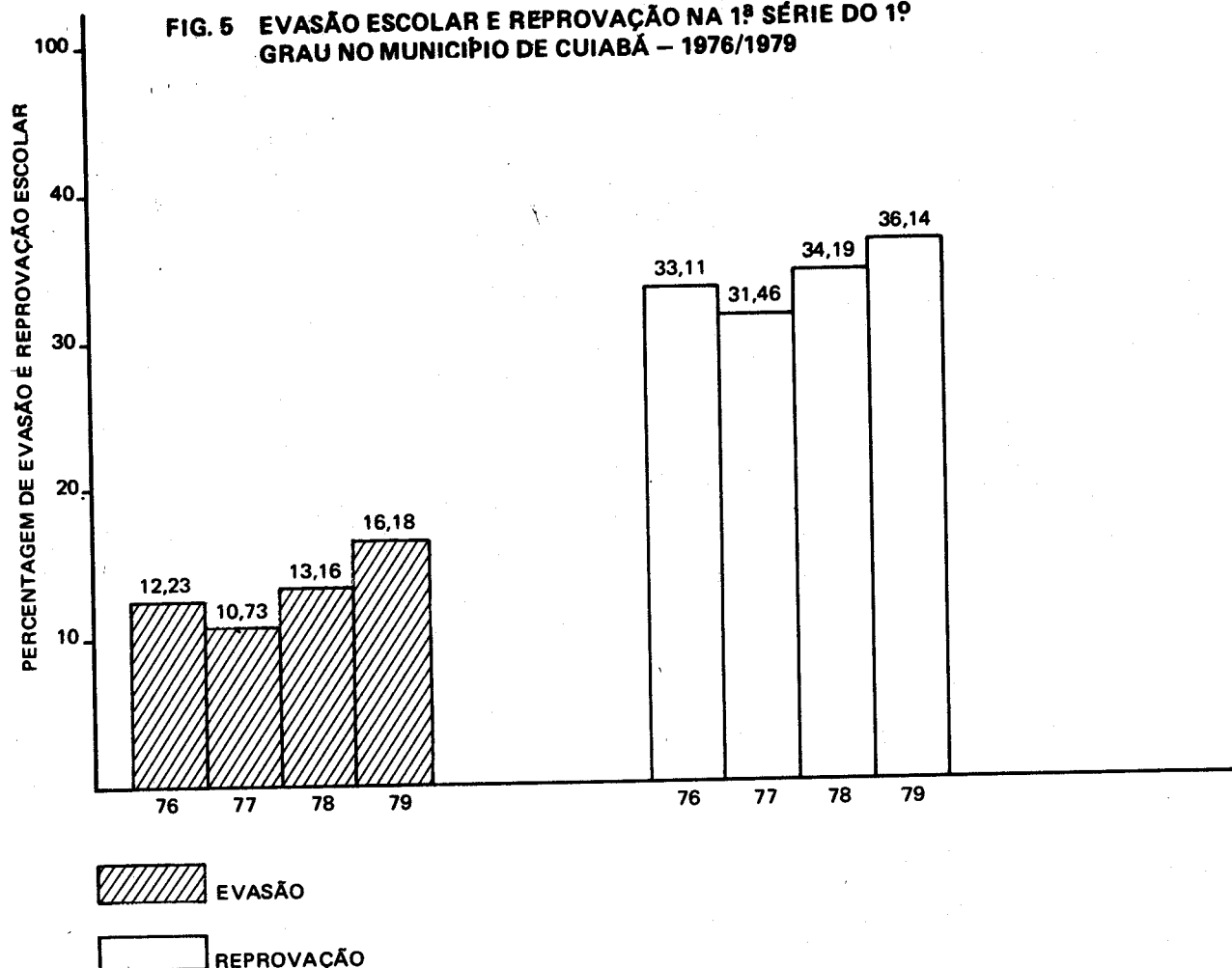


FIG. 5 EVASÃO ESCOLAR E REPROVAÇÃO NA 1ª SÉRIE DO 1º GRAU NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ – 1976/1979



urbanas apresentam uma tendência a aumentar, as escolas particulares mostram certa estabilidade em torno de um índice de evasão de cerca de 9%, situando-se os índices das escolas públicas em torno de 16 a 17% no ano de 1979. Na Figura 03 observa-se o quadro geral da evasão em relação ao ano de 1979.

No tocante à reprovação, observa-se o mesmo fenômeno, com diferenças mais gritantes entre as escolas particulares e as escolas públicas (ver Figuras 02 e 04). Enquanto as particulares se situam em torno de 11% em 1979, as escolas da rede pública apresentam índice de 40%, o que dá uma diferença bastante alta.

Considerando-se o índice de produtividade escolar, no qual são computados tanto o índice de evasão escolar como o índice de reprovação, tem-se um quadro mais completo e mais claro da situação. Assim, observa-se que todas as escolas da rede particular têm índice de produtividade escolar superiores a 50%, situando-se a imensa maioria deles acima de índices de 70%. Já no caso das escolas da rede pública, a maioria delas apresenta índices de produtividade inferiores a 50%. É interessante observar que a produtividade das escolas municipais é bem inferior em relação à rede estadual, situando-se todas elas entre 30 e 60%, o que talvez se explique pelo fato de que todas as escolas municipais estão localizadas em bairros

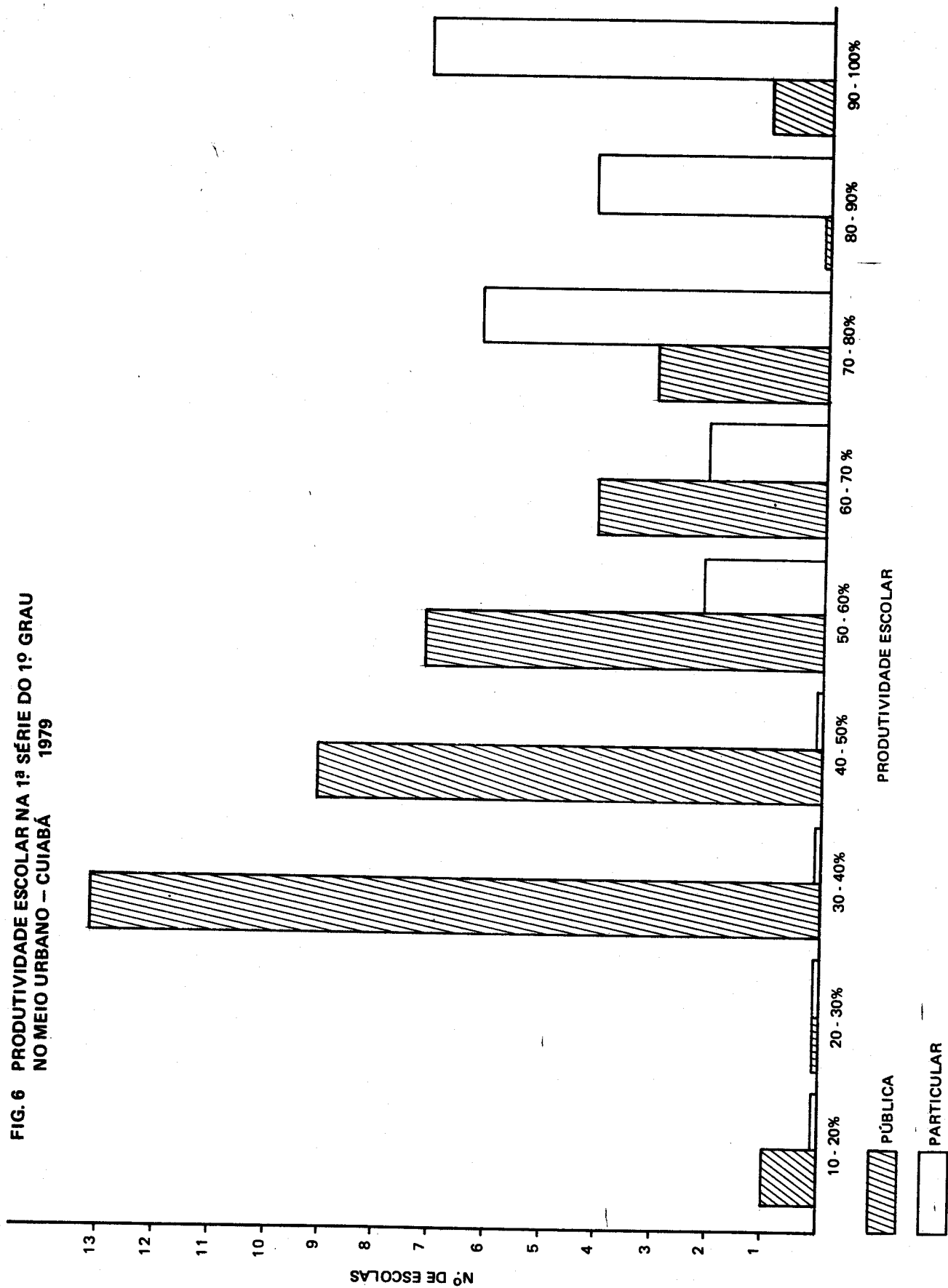
de periferia urbana em que praticamente todos os alunos são de origem sócio-econômica baixa.

No entanto, algumas poucas escolas da rede pública estadual apresentam maior produtividade. Por exemplo, há um total de três escolas com índices de produtividade entre 70 e 80%, todas elas situadas em bairros de classe média, mas com uma composição social heterogênea. Das quatro escolas com índices de produtividade entre 60 e 70%, duas delas estão situadas em bairros de classe média, com composição social heterogênea, sendo inclusive que uma constitui centro de estágio do curso de pedagogia da universidade, e uma terceira, foi escola experimental até 1979 tendo recebido tratamento privilegiado em termos de dotação de recursos humanos e materiais. De maneira geral, a Figura 06 mostra esta diferenciação entre as escolas particulares e públicas, vendo-se claramente a superioridade da produtividade escolar registrada nas escolas da rede privada.

A diferenciação da produtividade escolar que acaba de ser demonstrada, com evidente correlação entre a produtividade e a composição social da escola indicando que a produtividade escolar estaria na dependência da origem sócio-econômica do aluno, não constitui achado, mas mais do que nada vem desmistificar uma situação que os dados estatísticos oficiais tendem a apresentar



FIG. 6 PRODUTIVIDADE ESCOLAR NA 1ª SÉRIE DO 1º GRAU  
NO MEIO URBANO - CUIABÁ 1979



através de seus índices apresentados em termos de "médias sociais". Pode-se fazer uma analogia entre os índices de produtividade escolar e a renda per capita da população brasileira. Quando se diz que o brasileiro tem uma renda anual de, por exemplo, 1.500 dólares, está-se na verdade tentando mistificar uma situação de desigualdade e injustiça social na qual prevalece a concentração da renda, enquanto a grande maioria da população tem uma renda inferior a 2 ou 3 salários mínimos. Sucede o mesmo fenômeno com a educação.

Quando se constata que em uma sociedade dependente como a nossa, estruturada em classes sociais antagônicas, os filhos do povo estão destinados ao fracasso escolar, devemos perguntar por que é que ocorre esta situação.

Dirão alguns que o filho de pedreiro que "habita" num bairro qualquer da periferia urbana de Cuiabá, ou mesmo de qualquer cidade em nosso país, caso tenha a oportunidade de se matricular na escola, quase necessariamente irá encontrar um professor mal e irregularmente pago, carteiras quebradas, instalações escolares deficientes, escasso e inadequado material didático, um currículo e programa que ilustra suas lições com situações que nada ou pouco têm a ver com o mundo desta criança, além de que seus pais e seus professores muito pouco esperam dele.

Dirão outros que este mesmo filho do pedreiro chega à escola mal alimentado e subnutrido, "habitando" uma pequena casa de dois cômodos em companhia de mais cinco irmãos, seus pais e muitas vezes, uma avó ou uma tia, não dispondo de espaço nem de ajuda para suas tarefas escolares, inexistindo na família hábitos ou oportunidades de leitura, sem a disponibilidade de uma biblioteca pública em seu bairro onde possa suprir o que não existe em sua própria casa, trabalhando com livros e demais materiais didáticos cujos textos e critérios de avaliação estão estruturados para a criança da classe média.

Seja como for, não se pode negar o caráter estrutural do problema na medida em que não se trata única e exclusivamente de um problema meramente escolar, sendo necessário atacar globalmente toda a problemática levantada nos dois parágrafos anteriores. É neste mesmo contexto que se considera como imprescindível que a própria comunidade, através de formas próprias de organização de sua atuação, como são as Associações de Moradores de Bairro, Grupo de Jovens, Grupos de Igreja, Associações de Pais e Mestres e outras, tomem as rédeas no encaminhamento da solução de seus problemas.

"Não se pode considerar o sistema educacional de forma abstrata, independentemente do sistema sócio-político-econômico vigente. No entanto, tampouco se pode considerar o sistema educacional como mero reflexo mecânico, ao estímulo do condicionamento clássico pavloviano, do sistema econômico. A inexistência de um relacionamento mecanicista entre um e outro, não implica numa autonomia, ainda que relativa, da educação. Mais do que isso, trata-se de uma relação dialética entre educação e sociedade, na qual nem sempre existe uma ade-

quação harmônica de uma em relação à outra. A relação é dialética no sentido de que a educação nem sempre responde única e exclusivamente aos interesses do sistema econômico, gerando situações de conflito, gerando contradições, por vezes antagônicas, entre si.

As periferias urbanas e as zonas de colonização agrícola se caracterizam por um maior dinamismo, entre outras razões, pelo fato de que a sua formação se processa através da ocupação de vazios demográficos por migrações oriundas de outras regiões do país, muitas vezes com um nível de aspirações mais alto. Cabe então interrogar-se até que ponto são viabilizadas alternativas de estruturação e implementação de uma infra-estrutura educacional que realmente venha a responder aos interesses das populações das periferias urbanas e das zonas de colonização agrícola, na medida em que estas mesmas populações venham a ter uma participação permanente e destacada na condução deste processo. Processo este que visaria romper com uma escola que se caracteriza por não absorver uma parcela importante de evasão e de reprovação, por currículos e programas desvinculados de uma realidade concreta e das aspirações daquelas populações". (Linha de Pesquisa do NPG-EDU/UFMT, 1981, pág. 10).

Um programa de pesquisa que se derive da situação constatada a partir do presente estudo, deve ser caracterizado por uma metodologia de trabalho em conjunto com a comunidade que tenha como objetivo a busca de soluções próprias e cujo processo deve estar sob seu controle. Do contrário, estaremos fadados a seguir contribuindo com um vasto material, que hoje se produz em confortáveis gabinetes e salas, e que amanhã estarão acumulando a poeira dos porões de bibliotecas universitárias.

Os dados levantados através do presente trabalho, além de permitirem a constatação de uma clara diferenciação entre as escolas particulares e a rede pública, apontam também algumas questões que merecem maior aprofundamento. Dentre elas, destaca-se uma indagação a respeito da possibilidade de que a escola pública venha a cumprir com eficiência o seu papel, pelo menos. Em outras palavras, até que ponto uma escola pública que atende a uma população escolar de periferia urbana, com todas as limitações que lhe são inerentes, pode vir a apresentar uma alta produtividade?

A figura 06 apresenta duas escolas da rede pública estadual que poderiam ser consideradas como atípicas, já que se afastam consideravelmente da norma. Uma delas apresenta uma produtividade de cerca de 10%, enquanto que outra tem uma produtividade superior a 90%, sendo que ambas estão localizadas na periferia urbana de Cuiabá. Quais são os fatores que condicionam situações como esta? Um estudo que levasse à elucidação de tais fatores, sem dúvida alguma constituiria importante subsídio para o estabelecimento de uma política educacional que se propusesse a atacar o problema de frente, pelo menos no que diz respeito ao papel da escola.